

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.844.352 - MG (2019/0316443-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**RECORRENTE** : **BRUNO EMANUEL AMADOR DE OLIVEIRA (PRESO)**  
**ADVOGADO** : **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**RECORRENTE** : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**RECORRIDO** : **OS MESMOS**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por BRUNO EMANUEL AMADOR DE OLIVEIRA (E-stj FLS. 715/721), com fundamento no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, cuja ementa, na parte que interessa, é a seguinte (e-STJ fl. 684):

*APELAÇÃO - ROUBO MAJORADO - MATERIALIDADE E AUTORIA - ABSOLVIÇÃO - IMPOSSIBILIDADE - MAJORANTE DO CONCURSO DE PESSOAS - INCIDÊNCIA - DECLASSIFICAÇÃO PARA A MODALIDADE TENTADA - INVIABILIDADE - CORRUPÇÃO DE MENORES - CRIME FORMAL - DESNECESSÁRIA A COMPROVAÇÃO DA EFETIVA CORRUPÇÃO DO ADOLESCENTE - MENORIDADE ATESTADA POR MEIO DE DOCUMENTO HÁBIL - CRIME DE FALSA IDENTIDADE - ATIPICIDADE DA CONDUTA - ABSOLVIÇÃO - AGRAVANTE DE REINCIDÊNCIA - MANUTENÇÃO - CONFISSÃO ESPONTÂNEA - INOCORRÊNCIA - CONCURSO FORMAL DE CRIMES - RECONHECIMENTO.*

[...]

*8- A Circunstância Atenuante de Confissão Espontânea somente incide nas hipóteses em que há a admissão da autoria do delito e a cooperação com o Juízo na elucidação dos fatos constantes da Denúncia.*

[...]

Interpostos embargos de declaração, esses foram rejeitados (e-STJ fls. 750/756).

Nas razões do recurso especial, alega a parte recorrente violação do artigo 65, inciso III, alínea "d", do CP. Sustenta a incidência da atenuante da

# Superior Tribunal de Justiça

confissão e sua compensação com a agravante da reincidência.

Apresentadas as contrarrazões (e-STJ fls. 778/780), o recurso foi admitido (e-STJ fl. 812/816), manifestando-se o Ministério Público Federal, nesta instância, pelo provimento do recurso especial (e-STJ fls. 832/840).

É o relatório. **Decido.**

O recurso merece acolhida.

Primeiramente, em relação à aplicação da atenuante da confissão parcial, assim consignou a Corte de origem (e-STJ fl. 701/702):

[...]

*Com efeito, o Apelante Bruno Emanuel Amador de Oliveira não admitiu ter perpetrado o roubo em Concurso de Pessoas e contra as nove vítimas descritas na Denúncia, alegando que teria adentrado sozinho o ônibus e praticado o crime somente contra três pessoas que estariam na parte dianteira do coletivo, oportunidade em que subtraía dois celulares.*

*Segundo o Apelante Bruno Emanuel Amador de Oliveira, não conhecia os Menores que teriam entrado no ônibus, alegando desconhecer o que os Adolescentes "arrumaram lá atrás".*

[...]

*Assim, não há se cogitar em reconhecimento da Atenuante prevista no art. 65, III, "d", do Código Penal.*

[...]

Ora, o acórdão recorrido, ao assim decidir, divergiu da orientação adotada nesta Corte Superior de Justiça no sentido de que a confissão do acusado, quando utilizada para a formação do convencimento do julgador, deve ser reconhecida na dosagem da pena como circunstância atenuante, nos termos do art. 65, III, "d", do CP, mesmo quando qualificada ou parcial, ou eivada de teses defensivas, discriminantes ou exculpantes. Inteligência da Súmula n. 545/STJ (*Quando a confissão for utilizada para a formação do convencimento do julgador, o réu fará jus à atenuante prevista no art. 65, III, d, do Código Penal*)..

# *Superior Tribunal de Justiça*

Nessa linha, os seguintes julgados:

*PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. ROUBO E EXTORSÃO. CONFISSÃO PARCIAL. RECONHECIMENTO. MAJORAÇÃO ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. SÚMULA 443/STJ. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTOS APTOS A INFIRMAR A DECISÃO AGRAVADA.*

*1. Nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, se a confissão do réu, ainda que parcial, retratada ou qualificada, for utilizada pelo magistrado para fundamentar a condenação, deve incidir a respectiva atenuante, Súmula n. 545 desta Corte (AgRg no HC n. 452.897/SP, Sexta Turma, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe 14/8/2018).*

*2. In casu, o Magistrado de piso utilizou da confissão dos réus, mesmo que parcial, para fundamentar as condenações, razão pela qual o reconhecimento da atenuante é medida que se impõe.*

*[...]*

*4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC 425.867/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 09/04/2019, DJe 26/04/2019)*

*REGIMENTAL. HABEAS CORPUS. FURTO QUALIFICADO. DOSIMETRIA. CONFISSÃO ESPONTÂNEA. NÃO APLICAÇÃO DA ATENUANTE DE PENA. FLAGRANTE ILEGALIDADE. REINCIDÊNCIA. CIRCUNSTÂNCIA NÃO CONSIDERADA NO ÉDITO CONDENATÓRIO. ANTECEDENTES CRIMINAIS UTILIZADOS PARA MAJORAR A PENA-BASE. IMPOSSIBILIDADE DE COMPENSAÇÃO. RECURSO IMPROVIDO.*

*1. O entendimento dominante no âmbito deste Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que, mesmo nas hipóteses de confissão qualificada ou parcial, deve incidir a atenuante prevista no art. 65, III, d, do CP, desde que tenha sido utilizada como elemento de convicção do julgador.*

*[...]*

*4. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no HC 426.496/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 22/05/2018, DJe 29/05/2018)*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. DOSIMETRIA. CONFISSÃO ESPONTÂNEA QUALIFICADA. INCIDÊNCIA. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. MERA IRRESIGNAÇÃO. EMBARGOS REJEITADOS.*

[...]

*III - A jurisprudência recente desta eg. Corte Superior firmou o entendimento de que a confissão qualificada, pela qual são suscitadas outras teses defensivas, descriminantes ou exculpantes, enseja a incidência da circunstância atenuante do art. 65, inciso III, alínea d, do Código Penal, devendo ser considerada na segunda fase da dosimetria da pena. Precedentes.*

[...]

*Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no AgInt no HC 423.490/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 15/05/2018, DJe 21/05/2018)*

*AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. FUNDAMENTOS DO ARESTO IMPUGNADO NÃO ATACADOS. SÚMULA 283 DO STF. VEREDICTO DOS JURADOS. ALEGAÇÃO DE SER CONTRÁRIO A PROVA DOS AUTOS. SÚMULA 7 DO STJ. CONFISSÃO QUALIFICADA. RECONHECIMENTO COMO ATENUANTE. IMPOSSIBILIDADE DE DIMINUIÇÃO DA REPRIMENDA. SÚMULA 231 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.*

[...]

*3. Confissão qualificada efetivamente utilizada como elemento de convicção. Reconhecimento da atenuante prevista na alínea d do inciso III do artigo 65 do CP. Admissão incapaz de surtir efeitos sobre a quantidade de pena aplicada. Isso porque a pena intermediária foi fixada no mínimo legal, ante a ausência de circunstâncias judiciais desfavoráveis na primeira fase e a inexistência de agravantes na segunda etapa.*

*4. Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 1563240/SC, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 03/05/2018, DJe 11/05/2018)*

*AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*TENTADO. CONFISSÃO QUALIFICADA. INCIDÊNCIA DO ART. 65, III, "D", DO CP. CAUSA DE AUMENTO DO ART. 121, § 4º, DO CP. CARACTERIZAÇÃO. TENTATIVA BRANCA. INCIDÊNCIA DA FRAÇÃO DE DIMINUIÇÃO MÁXIMA PREVISTA NA LEI. ENTENDIMENTO SEDIMENTADO NESTA CORTE SUPERIOR. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.*

*1. A confissão do acusado, ainda que qualificada, se utilizada para a reconstrução histórica dos fatos, atrai a aplicação do art. 65, III, "d", do Código Penal. Precedentes.*

*[...]*

*3. Agravo regimental não provido. (AgRg no HC 400.063/SC, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 27/02/2018, DJe 08/03/2018)*

*No presente caso, conforme consignado pelo Ministério Público, considerando que o réu confessou parte dos roubos praticados em concurso formal, e tendo em vista, ainda, que a confissão foi efetivamente utilizada como elemento de convicção (fls. 689/692), é de rigor o reconhecimento da atenuante, que deverá ser compensada com a agravante da reincidência (e-STJ fls. 836/837).*

*Por outro lado, a Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp n. 1.341.370/MT (Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJe 17/4/2013), sob o rito do art. 543-C, c/c o § 3º do CPP, consolidou entendimento no sentido de que é possível, na segunda fase da dosimetria da pena, a compensação da atenuante da confissão espontânea com a agravante da reincidência. Abaixo, ementa do referido julgado:*

*RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA (ART. 543-C DO CPC). PENAL. DOSIMETRIA. CONFISSÃO ESPONTÂNEA E REINCIDÊNCIA. COMPENSAÇÃO. POSSIBILIDADE.*

*1. É possível, na segunda fase da dosimetria da pena, a compensação da atenuante da confissão espontânea com a agravante da reincidência.*

*2. Recurso especial provido. (REsp 1341370/MT, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em*

# Superior Tribunal de Justiça

10/04/2013, DJe 17/04/2013).

Visto isso, a agravante da reincidência deve ser compensada com a atenuante da confissão espontânea.

Por fim, em relação à aplicação do concurso formal "em cascata" entre os crimes de roubo e depois destes com os do art. 244-B do ECA, verifica-se a ocorrência de flagrante ilegalidade, sendo necessária a concessão de ofício de *habeas corpus*.

A aplicação de dois aumentos de pena, um em razão do concurso formal entre os crimes de roubo, e, o outro, pelo concurso formal entre esses e os dois delitos de corrupção de menor, evidencia hipótese de *bis in idem* (aplicação em cascata de frações de aumento), devendo o segundo ser afastado, devendo incidir apenas o primeiro concurso formal.

Nessa linha, *mutatis mutandi*, a jurisprudência desta Corte Superior de Justiça é no sentido de que, quando configurada a ocorrência de concurso formal e crime continuado, aplica-se somente um aumento de pena, o relativo à continuidade delitiva, pelo número total de infrações.

Abaixo os seguintes julgados:

*HABEAS CORPUS. PENAL. ROUBOS MAJORADOS. FRAÇÃO DE AUMENTO DAS MAJORANTES (3/8). AUSÊNCIA DE FUNDAMENTO CONCRETO. PENA-BASE NO MÍNIMO LEGAL E FIXAÇÃO DE REGIME MAIS GRAVOSO. POSSIBILIDADE. EXASPERAÇÃO DA PENA PELO CONCURSO FORMAL E PELA CONTINUIDADE DELITIVA. BIS IN IDEM. ORDEM PARCIALMENTE CONCEDIDA.*

[...]

3. Ocorrendo, na mesma hipótese, o concurso formal entre os delitos e a continuidade delitiva, deve o primeiro ser afastado, sendo aplicado apenas o disposto no art. 71 do Código Penal, sob pena de *bis in idem*. Precedentes do STJ.

4. Ordem de *habeas corpus* parcialmente concedida para redimensionar a pena do Paciente em 6 anos, 2 meses e 20 dias de reclusão, mantido o pagamento de 13 dias-multa e o regime inicial fechado. (HC 481.308/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 05/02/2019, DJe 19/02/2019)

# *Superior Tribunal de Justiça*

*PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO. CORRUPÇÃO DE MENOR. ROUBOS CIRCUNSTANCIADOS. CONCURSO FORMAL ENTRE OS DOIS PRIMEIROS ROUBOS. CONTINUIDADE DELITIVA COM OUTROS DOIS DELITOS. BIS IN IDEM CONFIGURADO. REGRA DO ART. 70 DO CP AFASTADA. CONDENAÇÃO POR QUATRO CRIMES EM CONTINUIDADE DELITIVA. FRAÇÃO DE 1/4 APLICÁVEL À HIPÓTESE. WRIT NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.*

*[...]*

*3. Este Superior Tribunal de Justiça entende que, ocorrendo, na mesma hipótese, o concurso formal entre os delitos e a continuidade delitiva, deve o primeiro ser afastado, sendo aplicado apenas o disposto no art. 71 do Código Penal, devendo o quantum de aumento ser regulado pela quantidade total de condutas delituosas praticadas pelo agente, sob pena de bis in idem. Precedentes.*

*[...]*

*5. Writ não conhecido. Ordem concedida, de ofício, a fim de reduzir a reprimenda imposta ao paciente pelos delitos de roubo para 7 anos, 9 meses e 10 dias de reclusão, mais o pagamento de 17 dias-multa. (HC 411.169/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 24/05/2018, DJe 30/05/2018)*

*HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO. DESCABIMENTO. ROUBO MAJORADO. RECEPÇÃO. CONCURSO FORMAL. CONTINUIDADE DELITIVA. DUPLA EXASPERAÇÃO. BIS IN IDEM. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. WRIT NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO.*

*[...]*

*2. Esta Corte possui o entendimento de que, havendo a concorrência de concurso formal e crime continuado, aplica-se somente um aumento de pena, o relativo à continuidade delitiva. Precedentes. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida, de ofício, para revisar a dosimetria e reduzir a pena do paciente ao patamar de 7 anos e 7 meses de reclusão, mais 35 dias-multa, mantendo os demais termos do decreto condenatório. (HC 419.824/RJ, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 20/03/2018, DJe 06/04/2018)*

*HABEAS CORPUS SUBSTITUTO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. PEDIDO DE APLICAÇÃO DA SÚMULA 443/STJ.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*RECONHECIMENTO. FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA NA UTILIZAÇÃO DA FRAÇÃO DE 3/8, NA TERCEIRA FASE DA DOSIMETRIA DA PENA. REDUÇÃO PARA 1/3. CONCURSO FORMAL E CONTINUIDADE DELITIVA. DUPLO AUMENTO. BIS IN IDEM. OCORRÊNCIA. PRECEDENTES. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. CONCESSÃO DA ORDEM, DE OFÍCIO.*

*[...]*

*4. Segundo orientação deste Superior Tribunal de Justiça, quando configurada a ocorrência de concurso formal e crime continuado, aplica-se somente um aumento de pena, o relativo à continuidade delitiva, pelo número total de infrações. Precedentes.*

*5. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida, de ofício, para redimensionar a pena do paciente. (HC 406.790/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 05/10/2017, DJe 16/10/2017)*

Assim, afastado o concurso formal "em cascata" entre os crimes de roubo e do art. 244-B do CP e mantido apenas um único concurso formal entre todos os crimes, quais sejam, 9 delitos de roubo e 2 de corrupção de menor, este deve continuar sendo aplicado na metade, uma vez que já se encontra no máximo.

Passo à dosimetria da reprimenda, mantidos os critérios estabelecidos pela Corte de origem.

Na primeira fase, ausentes circunstâncias judiciais negativas, a pena-base fica no mínimo legal de 4 anos de reclusão e 10 dias-multa. Na segunda fase, compenso a atenuante da confissão com a agravante da reincidência. Na terceira fase, em razão da incidência do art. 157, §2º, inciso II, do CP, aumento a pena em 1/3, ficando em 5 anos e 4 meses de reclusão e 13 dias multa.

Aplicado o concurso formal entre os 9 crimes de roubo e os 2 do art. 244-B do CP, majoro a reprimenda em 1/2, ficando esta em 8 anos de reclusão e 19 dias-multa.

Quanto ao regime prisional, embora estabelecida a pena definitiva em 8 anos, o acusado é reincidente, o que justifica a imposição de regime prisional mais gravoso, no caso, o fechado.



# *Superior Tribunal de Justiça*

Ante o exposto, com fundamento no art. 932, inciso V, alíneas "a" e "b", do CPC, no art. 255, § 4º, inciso III, do RISTJ, **dou provimento** ao recurso especial, para aplicar a atenuante da confissão, compensando-a com a reincidência. **Concedo a ordem de *habeas corpus*** para afastar a aplicação do concurso formal "em cascata", redimensionando a pena do acusado para 8 anos de reclusão e 19 dias-multa, em regime fechado, mantidos os demais termos da condenação.

Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator

